

# Da rua às redes sociais on-line: um mapeamento da construção das pautas do movimento transgênero brasileiro no Facebook

## RESUMO

Neste artigo mapeamos quais são as pautas do movimento organizado de pessoas transgêneras a partir de suas postagens em páginas na plataforma Facebook. Por meio de uma metodologia de processamento de linguagem natural, objetivou-se sumarizar quais foram os principais tópicos que mobilizaram esse movimento entre os anos de 2016 e 2018. As páginas analisadas no período considerado trouxeram fortemente a discussão da despatologização das identidades trans e reações às violências transfóbicas em seus distintos campos, individuais e institucionais, com destaque à altas taxas de assassinatos. Além dessas pautas, as páginas dedicaram-se especialmente a questão da retificação nas documentações do prenome e do gênero, do processo transexualizador e dos ambulatórios de referência para a saúde trans, da inclusão e a exclusão institucionais (marcadamente instituições de saúde, educação e mercado de trabalho), ideação suicida e a falta de produção de dados oficiais sobre a população trans.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos organizados. Transgênero. Comunicação Digital. Facebook.

Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira

E-mail:

[sergiorodrigosf@gmail.com](mailto:sergiorodrigosf@gmail.com)

Universidade Federal da Bahia,

Salvador, Bahia, Brasil

## INTRODUÇÃO

As pessoas transgêneras (ou trans) são aquelas que não se identificam com o gênero ao qual lhes foi designado ainda na gestação ou ao nascer a partir de uma leitura binarista cissexista (homem/pênis; mulher/vagina) de características sexuais dos seus corpos. O termo “transgênero” tem sido utilizado para pessoas que não querem necessariamente fazer uma modificação corporal (hormonização ou cirurgia) para serem identificadas com o gênero ao qual expressam (MÉNDEZ, 2014).

Abrindo para distintas vivências do gênero, o fato de pessoas trans nomearem-se e entenderem-se como pessoas com um gênero questiona o sistema no qual a definição sobre si seriam articuladas pelos saberes médicos e psis (psicologia, psiquiatria, psicanálise...) bastante ligados a ideia de anormalidade, transtorno, patologia, potencializados por segregações de classe e raça, e pela política econômica capitalista (SPALDE, 2000).

As primeiras mobilizações políticas de pessoas trans no Brasil deram-se no início dos anos 1990 em ações auto-organizadas contra a violência policial e principalmente pela prevenção da AIDS, voltadas para travestis. Em 15 de maio de 1992, surge o primeiro grupo formalizado, a Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL) (CARVALHO; CARRARA, 2015; JESUS, 2018). O Astral surge da reunião de travestis que se prostituíam na região da Praça Mauá, no Rio de Janeiro, liderados por Jovanna Baby, em resposta a violência policial nesses locais tradicionais de prostituição, onde haviam prisões indiscriminadas de travestis (CARVALHO; CARRARA, 2009).

Quase três décadas depois, quais são hoje as pautas do movimento organizado de pessoas transgêneras? Com o intuito de mapear os repertórios de ação política de pessoas transgêneras organizadas no Brasil é que este artigo se propõe a mapear, a partir dos rastros digitais em plataformas de redes sociais online, e constituir uma narrativa possível sobre as pautas presentes em páginas do Facebook dedicadas a causa trans. Apresentamos aqui, portanto, o resultado das análises das postagens de páginas do Facebook de redes, associações, institutos e coletivos de pessoas transgêneras.

Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa na qual compreendemos os atravessamentos das tecnologias digitais nos processos subjetivos a partir da perspectiva do gênero. Interessa-nos entender como a condução do indivíduo em aspectos micropolíticos dos algoritmos do Facebook (governamentalidade algorítmica) se complica em processos de autorrepresentação, narrativas de si e relações interpessoais de pessoas transgêneras.

Temos entendido a governamentalidade algorítmica como um tipo de racionalidade que por meio da coleta, da agregação e da análise automatizada massiva de dados gera compreensões de uma ambiência (a)normativa ou (a)política que infere sobre os sujeitos “de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis” (ROUVROY; BERNS, 2018, p.116). A (falsa) ideia de uma normatividade objetiva que emerge da leitura maquínica faz com que repensemos o papel da normatividade de gênero, uma vez que a plataforma proporciona espaços que parecem ter normas próprias produzidas a partir de um perfil modulado pela ação de mineração de dados dos algoritmos dos

sujeitos usuários das redes sociais on-line. É nesse sentido que entendemos que as páginas do Facebook dedicadas a causa trans estão mobilizando uma *orbe veritativa* sobre o dispositivo da transgeneridade e conformando pautas.

Temos produzido uma pesquisa com métodos de processamento de linguagem natural<sup>1</sup> para construir uma narrativa sumarizada de grandes quantidades de dados extraídos de plataformas de redes sociais. Essa pesquisa se operacionalizou metodologicamente nas seguintes etapas:

- 1- *Escolha das páginas a serem analisadas*: foram levantadas nos perfis dos interlocutores da pesquisa (homens trans usuários do Facebook) as páginas que tratavam exclusivamente sobre a questão transgênera e que possuíam significativa produção (n>50) no período analisado (31/08/2016 até 31/12/2018).
- 2- *Extração do conteúdo*: Foi extraído o conteúdo dessas páginas por meio da aplicação Netvizz. A aplicação referida varre as páginas e cria um arquivo em formato de tabela no qual separa textos e metadados de postagens em um dado período de tempo que o usuário determina. Desse montante de dados só consideramos os textos das postagens.
- 3- *Tratamento e identificação de termos-chave*: Após tratamento destes dados (excluindo palavras que não nos interessavam como pronomes, artigos, etc.) o conteúdo foi analisado pelo software Iramuteq<sup>2</sup> que identificou os principais termos-chave e suas interrelações a partir de análise estatística.
- 4- *Análise qualitativa dos termos-chave*: Cada um dos principais termos foi analisado qualitativamente em sua diversidade de sentido contextual nas postagens das páginas.
- 5- *Descrição dos resultados*: Foi realizada uma descrição desses termos o que entendemos ser um universo veritativo de uma militância trans on-line em que os interlocutores estão dialogando em suas redes.

## MAPEAMENTO DAS PAUTAS DOS ATIVISMOS TRANSGÊNEROS NO FACEBOOK

As páginas analisadas são de redes, associações e institutos dedicados à população trans (Associação Brasileira pela Saúde Integral de Pessoas Trans, Travestis e Intersexo (ABRASITTI); Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT); Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil; Instituto Brasileiro Trans de Educação), de coletivos de pessoas trans organizadas (De Transs pra Frente; Transfeminismo) e de ações militantes produtoras e agregadoras de notícias sobre a causa trans (Nlucon; O Gênero; Transinformativo; Ultra). Foram analisadas 6175 postagens realizadas entre os dias 31 de agosto de 2016 até 31 de dezembro de 2018 (período referente ao governo Michel Temer).

As palavras de relevância com maior frequência no conjunto dos textos foram (nesta ordem): “trans”, “pessoa”, “travesti”, “mulher”, “transexual”, “gênero”, “nlucon”, “brasil”, “direito”, “homem”, “social”, “nacional”, “população”, “rede”, “identidade”, “lgbt”, “público”, “antra”, “saúde” e “educação”. Aqui notamos que há uma prevalência e um destaque para a feminilidade trans, quando termos como “travesti” e “mulher” vêm bem antes do termo homem, sugerindo maior

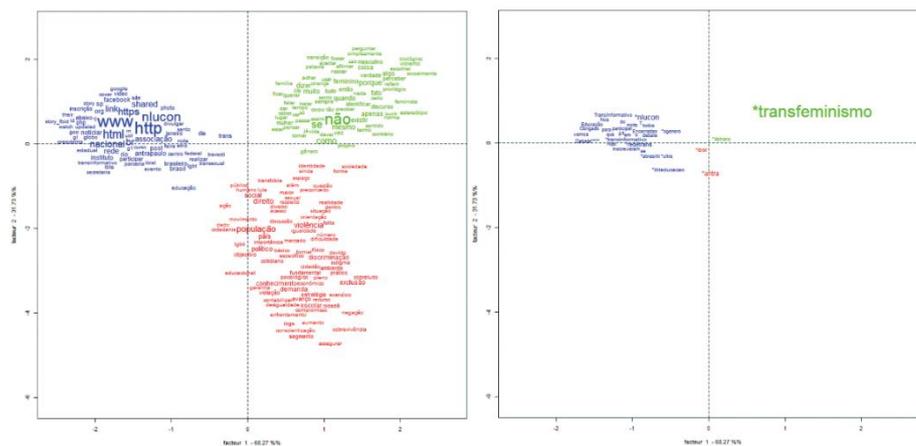
incidência e destaque àquelas em relação a estes, mesmo levando em conta que há páginas mistas sobre questão trans e algumas exclusivas sobre transmasculinidades nesse conjunto.

Ao comparar os mapas de Análise Fatorial de Correspondência<sup>3</sup> dos termos e dos usos pelas páginas percebe-se uma aproximação entre os “tipos” de páginas, a partir de determinada vocação dos seus textos. Temos um grupo de palavras em que predominam termos de caracterização das condições trans na sociedade brasileira (“população”, “violência”, “direito”, “político”, “país”, “discriminação”, “exclusão”, “conhecimento”, “escolar”, “violação”, “estigma”, “números”, entre outros), um outro que incluem os metadados de links e ações no Facebook, além de nomes de instituições e um outro que traz termos que sugerem explicação, elaboração a respeito de questões de gênero (“feminino”, “masculino”, “verdade”, “porque”, “quando”, “cis”, “discurso”, “gênero”, “feminista”, etc.).

Nesse sentido, como caracterização do corpus temos que, a grosso modo, as páginas de redes, associações e institutos trans tendem a tratar de aspectos da oficialidade, dados numéricos, políticas para pessoas trans, ligados de certo modo a governabilidade, ou seja, da questão trans em sua relação com os poderes estabelecidos; já as páginas informativas sobre as questões trans têm se dedicado a aglutinar conteúdo informativo sobre o tema inclusive de outros sítios da Internet; e as páginas de coletivos trans têm produzido conteúdo analítico conjectural em diálogo com a produção acadêmica e dos movimentos sociais (figura 1).

Nesse sentido, o comparativo pelo conteúdo das páginas reforça a classificação feita inicialmente entre páginas de instituições formais trans, coletivos acadêmicos/militantes e agregadores de notícias, ainda que essas vocações efetivamente não sejam, na prática, tão bem demarcadas.

**Figura 1 - Comparativo de análise fatorial de correspondência dos termos mais relevantes e os metadados associados à todas as páginas**



Fonte: Dados da pesquisa- elaboração própria

Legenda: Em azul vemos principalmente as páginas consideradas agregadoras de notícias e informações, em vermelho as de institutos e associações e em verde coletivos acadêmicos/militantes.

A análise do conteúdo das páginas nos levou às discussões de pautas políticas principalmente sobre a despatologização das identidades, a violência, a transfobia, a retificação de nome e sexo, o processo transexualizador e os ambulatorios de referência para a saúde da população trans, a inclusão e a exclusão da escola em vários níveis, a admissão no mercado de trabalho, as especificidades dos homens trans e pessoas transmasculinas (ideação suicida, assassinato e desrespeito a identidade, o crescente movimento de articulação entre transmasculinos e a saúde do homem trans) e a produção de dados oficiais sobre a população trans.

Obviamente todas essas páginas traziam uma diversidade muito maior de temas, mas aqui selecionamos os *highlights*, o que foi “quente” em termos de pauta de um movimento trans que se estabelece on-line naquele período, não sendo assim uma seleção exaustiva dos temas. Interessou-nos mais, como dito, as principais pautas e seus vieses dentro do conjunto do corpus.

### Despatologização das identidades

As páginas analisadas no período considerado trouxeram fortemente a discussão da despatologização das identidades trans. Ao averiguarmos, houve especialmente a incidência de termos como “cid”, “patologização”, “despatologização”, “reconhecimento”, “transtorno”, “mental”, “remover”, “identidade”, “doença” e “classificação”. Eles estavam ligados à questão do CID-11, que foi a publicação da 11ª versão da *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*, lançada em 18 de junho de 2018, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), na qual a transexualidade foi retirada da lista de doenças mentais e passou a ser classificada como incongruência de gênero entrando na categoria de questão relacionada à saúde sexual.

Antes do anúncio da CID havia a cobrança de respeito às questões de saúde trans, independente dela. Houve postagens aguardando com expectativa o lançamento e esse evento foi considerado histórico para a causa trans. Explicitou-se a significação da CID 11 ao excluir-se a transexualidade dos transtornos mentais e comportamentais, e introduzi-la nas novas categorias de incongruência de gênero na adolescência e idade adulta, e na infância, inclusive mencionando a necessidade de mobilização sobre essa etapa da vida. O anúncio da OMS foi considerado o início de uma fase de implementação e avaliação a nível nacional, bem como solicitou o comprometimento de quem advoga para a causa, para “remover os regulamentos de patologização e ao mesmo tempo garantir acesso total ao reconhecimento legal de gênero e à saúde de gênero para as pessoas trans”<sup>4</sup>. Houve também a afirmação da necessidade de uma completa despatologização por meio das questões de direitos humanos e acesso universal aos cuidados da saúde.

O tema da despatologização resgatou as campanhas realizadas desde 2009 sobre o tema, incluindo a *Stop Trans Pathologization* perpetrada a nível internacional, com eventos de conscientização e debates sobre o tema. Também houve críticas aos mecanismos e práticas classificatórias consideradas discriminatórias produzidas pelos saberes instituídos sobre corpos e sociabilidades trans. Houve ainda a solicitação de que se divulgue de forma ampla e periódica campanhas sobre a questão da despatologização e a promoção de debates e formações sobre o tema.

## Processo transexualizador e os ambulatórios de referência para a saúde da população trans

Outro aspecto levantado é a questão do acesso e promoção aos procedimentos e tecnologias combinados de terapia hormonal e das cirurgias qualificadas independente da transexualidade ser ou não uma patologia, visando redução de danos por “intervenções corporais clandestinas”. Ações de ambulatórios voltados para a saúde integral de pessoa trans foram apresentadas e descritas como de grande importância, especialmente a inauguração pelo Estado de Minas Gerais do primeiro serviço ambulatorial de atenção especializada no processo transexualizador da saúde pública estadual, em novembro de 2017. Também foi levantado o direito ao reconhecimento legal do gênero demandando sua garantia de acesso total.

O processo transexualizador poderia ser entendido como o que as pessoas trans chamam de transição: diz respeito a processualidade que os corpos passam para adquirir certas características físicas do sexo com qual se identifica, podendo (ou não) serem adquiridas por tratamentos hormonais, procedimentos cirúrgicos (mamoplastia masculinizadora para os homens trans, por exemplo) e “cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização”. Transgenitalização, por sua vez é o “procedimento cirúrgico por meio do qual se altera o órgão genital da pessoa para criar uma neovagina ou um neofalo” (JESUS, 2012, p. 16).

Esse era um tema que essas páginas também se interessaram em debater e discutir durante o período analisado. Há uma significativa defesa do respeito a identidade de gênero das pessoas trans para além de sua genitália e de terem feito ou não as cirurgias de transgenitalização. Esse debate inclusive bastante associado ao direito a retificação dos prenomes e do sexo nas documentações e as decisões do STF que apresentaremos mais a diante.

Buscou-se desconstruir o mito do arrependimento trans usado por alguns discursos conservadores para impedir ou dificultar o acesso aos processos transexualizadores. A página Transfeminismo<sup>5</sup> trouxe alguns dados de uma pesquisa americana<sup>6</sup> que desmentiam algumas das afirmações sobre arrependimento:

MITO 1: um número de pessoas trans estão começando a admitir que as mudanças da transição arruinaram suas vidas.

- 94% das pessoas trans relataram uma melhoria na sua qualidade de vida devido a transição.
- 96% respondeu que a sua sensação de bem-estar melhorou.

MITO 2: a transição deixou a pessoa amarga e deprimida.

- 9 de 10 responderam que no geral suas personalidades melhoraram devido a transição.
- 85% descreveu que sua estabilidade emocional melhorou (11% respondeu que não mudou).

MITO 3: pessoas trans não querem realmente mudar seus corpos, elas apenas são pressionadas por ele.

Dados de satisfação trans:

- 96 % no geral;
- 97% terapia hormonal;

- 96% implantes mamários/mamoplastia transmasculinizadora;
- 90% transgenitalização.

Além disso, são apontadas as conquistas do processo transexualizador no SUS tais como: oferecer as cirurgias de redesignação sexual desde 2008 (Portaria nº 457); ampliação, em 2017, de 4 para 9 Centros que oferecem “procedimentos de terapia hormonal; consultas pré e pós-operatório (incluindo acompanhamento psicológico); e a própria cirurgia de redesignação sexual (mudança de sexo)”, sendo que desses, 5 fazem as cirurgias de redesignação sexuais, tais como a transgenitalização, mas também a “histerectomia (retirada de útero e ovários), mastectomia (retirada das mamas), tireoplastia (cirurgia que permite a mudança no timbre da voz), plástica mamária e inclusão da prótese de silicone e outras cirurgias complementares”<sup>7</sup>. Ainda que esses avanços sejam destacados há cobranças para que se ampliem ainda mais os atendimentos, especialmente em regiões fora dos circuitos das grandes capitais brasileiras.

### Luta contra a violência transfóbica

Uma questão agregadora e bastante evocada no discurso das páginas é a violência contra pessoas trans, especialmente os assassinatos. É bastante reforçado pelas páginas o fato do Brasil ser o país que mais mata trans no mundo e que durante o período levantado era morta em média uma pessoa trans a cada 48 horas. Sobre os assassinatos, o controle e monitoramento feito pelas organizações trans (Antra, IBTE e Rede), organizado em dossiês, são divulgados pelas páginas dessas instituições, replicados, e implicados com dados de organizações internacionais. O levantamento é feito por essas instituições por meio de notícias de jornais, por denúncias na internet e por contato direto, o que sugere também que exista uma subnotificação dos casos.

Esses dossiês são de suma importância no discurso dessas instituições e seus números são ampla e reiteradamente divulgados e suas atualizações são feitas e publicadas ao longo do ano, inclusive noticiando e lamentando a morte de alguns casos. Dos muitos casos, um que mobilizou especialmente essa rede foi o da tortura, espancamento e brutal assassinato da travesti Dandara dos Santos, ocorridos em fevereiro de 2017, em Fortaleza, Ceará, por oito homens adultos e quatro menores de idade. O caso ganhou grande repercussão na imprensa e nas redes sociais não só pela barbaridade e torpeza da ação, mas pelo fato de todo o processo de violência e tortura de Dandara ter sido filmado e amplamente divulgado. Além de expor e clamar justiça sobre o caso, as páginas acompanharam o julgamento de cada réu e cobravam que o caso fosse considerado institucionalmente de motivação transfóbica.

Além da contagem, os levantamentos são feitos de modo qualificado, por causa da morte, localização e gênero. Há também um recorte racial e de classe social, no qual mostra-se que a maioria das mulheres trans e travestis assassinadas são negras e são mortas em contexto de prostituição por pessoas que em sua maioria não tinham contato com a vítima. Há repetidos repúdios contra a impunidade dos assassinos e a falta de investigação e a afirmação de ser um assassinato de motivação específica, por ódio transfóbico. Além dos homicídios, tentativas de assassinatos, suicídios e violações dos direitos humanos são quantificados e noticiados. As denúncias são acompanhadas de pedidos de

construção de políticas públicas de segurança para essa população e também de organização de discussões e eventos para debater o tema.

Questão fortemente debatida e combatida é a transfobia que “refere-se especificamente à discriminação identitária contra as travestis, mulheres transexuais e homens trans, seja intencional ou não”. Procura-se evidenciar que a transfobia “pode causar severas e graves consequências para quem sofre esta atitude negativa de preconceito e discriminação”<sup>8</sup>. No Brasil, ela estaria associada ao extermínio da população brasileira de travestis e transexuais.

As páginas realizam constantemente a divulgação de casos de transfobia em distintas instituições como em hospitais, na família, por violência policial, na delegacia, no meio acadêmico, em centros universitários, na publicidade, na imprensa, nas redes sociais, no esporte, na rua, no teatro, na novela, na política, no Direito, cursos, até mesmo dentro da militância LGBT.

O fato de ser no contexto de trabalho da prostituição é que muitas mulheres trans e travestis são mortas é apontado como causado pela transfobia, que marginaliza essas mulheres e as expõem a esses riscos. É por não terem outra oportunidade de renda que em decorrência da expulsão familiar, escolar e do mercado de trabalho que essas mulheres são lançadas na prostituição, tudo em decorrência de processos transfóbicos. Também é apontado que a transfobia para muitas acontecem mesmo depois da morte com o desrespeito a identificação do gênero nos processos fúnebres.

A transfobia também é responsável pela evasão escolar de pessoas trans sendo que 70% delas não conseguem concluir o ensino médio e 56%, o ensino fundamental<sup>9</sup>. Também são denunciados casos de internação forçada de pessoas trans em instituições psiquiátricas. Há inclusive citações de casos de pessoas cis que sofreram agressões físicas por serem confundidas com pessoas trans. A explicação de casos de transfobia serem pouco denunciados é associado ao fato de muitas pessoas trans não terem acesso à informação e aos meios de comunicação. Ao ser comparada com outras formas de exclusão e violência por marcas de diferença, como sexismo, misoginia, racismo e xenofobia, a transfobia seria negligenciada pelos governos, diferente das outras que seriam universalmente condenadas por eles.

A luta mobilizada por esses movimentos vai no sentido de exigir a dignidade e cidadania plena em oposição aos processos de exclusão e discriminação dessa população junto aos poderes instituídos (executivo, legislativo e judiciário) muitas vezes associadas a questão de gênero (fala-se de transfeminicídio, misoginia, sexismo) e raça. É nesse sentido que se aborda sobre a criminalização da lgbtfobia, inclusive sobre a votação no Supremo que aconteceria inicialmente em novembro de 2018, mas que veio a acontecer efetivamente em fevereiro de 2019.

Outra instituição que aparece neste levantamento para abrandar a transfobia ao criar uma conscientização da população e oportunizar formação à população trans é a escola. São apontadas como apoios importantes a participação das famílias nessa luta, bem como uma unificação das agendas latino-americanas sobre o tema, a entrada de pessoas trans na política *stricto sensu* – empenhadas em legislar sobre a questão – e na produção ficcional midiática.

A transfobia na sociedade brasileira é vista como uma das formas de identificação da população trans e baseado em que as estratégias de resistências

e visões identitárias se deram ao longo dos anos, ao afirmar que seja “compreensível que formas de reconhecimento pelo sofrimento tenham sido historicamente usadas pelo (...) coletivo como forma de resistência como mobilização de um essencialismo estratégico como forma de algum reconhecimento mesmo que precário”<sup>10</sup>.

### Retificação de nome e sexo

Outra demanda que aparece significativamente no período é a questão da retificação nas documentações do prenome e do gênero. Há bastante indicações de procedimentos para realizar alteração da documentação, tanto em informar sobre as possibilidades legais quanto como se organizar diante da burocracia.

Há dois momentos dessas postagens porque em março de 2018 o Supremo Tribunal Federal decidiu “reconhecer aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil” (BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018, online).

As páginas acompanharam o julgamento na época e explicavam a argumentação da defesa do caso em duas frentes, uma primeira na qual a Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/1973) que permite a alteração do prenome quando este submete o titular a situações vexatórias foi entendida como plenamente aplicável às pessoas transgêneras, e, segundo, que a identidade psicossocial prevalece em relação à identidade biológica, não sendo necessária a intervenção cirúrgica nos órgãos sexuais para que seja reconhecido seu sexo (o entendimento psicológico também entendido no campo social e jurídico).

Dessa maneira, há postagens dando formas de proceder antes e depois da decisão. Antes da decisão do STF era preciso que as pessoas recorressem a processos judiciais para terem seus documentos retificados e nestes processos um juiz determinava se pessoas trans poderiam ou não terem seus nomes retificados, sendo exigidas “provas” que a pessoa era um transexual “verdadeiro”, como laudos psiquiátricos. Muitas vezes aconteciam de serem retificados os prenomes e não o sexo, pelo fato da pessoa não ter se submetido à cirurgia de redesignação sexual<sup>11</sup>.

Após a decisão do STF as pessoas trans podiam retificar seu prenome e sexo diretamente no cartório sem necessidade de autorização judicial. Há, assim, nessas páginas indicações de como se munir da documentação exigida para acessar tal direito nesses estabelecimentos. Tão logo começou a valer a decisão começaram a fazer um levantamento de quais cartórios já estavam fazendo o serviço e denunciando aqueles que não cumpriram a decisão e demonstravam resistência as retificações, evidenciando um obstáculo na chegada do direito no território brasileiro. Uma questão é os gastos para esses processos: algumas dessas páginas fizeram ações para angariar fundos para custeio da retificação de pessoas transgêneras. As páginas buscavam demonstrar que a retificação e as ações que facilitam o acesso à alteração do nome e do sexo na documentação trazem autonomia e tranquilidade a essas pessoas nos diversos espaços institucionais em que ela fosse exigida.

## A inclusão e a exclusão da escola em vários níveis e admissão no mercado de trabalho

Em se tratando de Educação, uma das pautas levantadas são as pesquisas e a produção de dados (censos) para a viabilização de estratégias e políticas públicas para as pessoas trans, tanto na docência e quanto na discência, com a finalidade de possibilitar a produção de conhecimento sobre esse setor e monitorar a violência contra essa população nos ambientes educacionais.

Nesse sentido mostram a importância e as ações de articulação entre institutos voltados a causa trans e instituições de ensino para criação e aplicação de ferramentas de monitoramento da violência<sup>12</sup>. Também mostram pessoas e projetos que tem se empenhado a intervir no currículo dos sistemas educacionais para inclusão do debate da desconstrução do gênero e seus papéis, bem como a questão da orientação sexual e da sexualidade, em colaboração e/ou organizado por travestis e transexuais.

Há o discurso contrário a um sistema educacional que de modo impositivo traz como única forma possível de ver e organizar o mundo o sistema de gênero binarista cisheteronormativo. Denuncia-se a exclusão da população trans dos ambientes educacionais, marcadamente do Ensino Superior, sendo a população trans 0,02% do total nas Universidades brasileiras<sup>13</sup>. Neste sentido coloca-se a importância não só da inserção, mas também de políticas de permanência e garantias de aprendizagem.

Visibilidade é alçada a estratégia de pautar a questão trans, em oposição a situação de apagamentos e silenciamentos, afirmando como a própria invisibilidade – tanto em espaços educacionais como no mercado de trabalho – é sintoma e causa de exclusões.

Também divulgam informações (em cartilhas, algumas vezes) sobre como proceder para retificar o nome nas instâncias educacionais, como, por exemplo, alteração em certificados de conclusão de curso, histórico escolar e caderneta de chamada. Algumas postagens narram a experiência de pessoas trans na escola, contando tanto histórias de violência e exclusão, quanto boas histórias, como de Estrela Barbosa, mulher trans que mora em Recife/PE, que com 16 anos foi expulsa da escola e aos 33 anos voltou a estudar<sup>14</sup>.

Há o posicionamento contrário à ideologia de gênero, assunto que mobilizava os currículos e instituições educacionais no período, bastante levantada por grupos e partidos conservadores. Ideologia de Gênero é como esses grupos denominam o debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos e seus avanços, afirmando que esses alterariam a moralidade vigente e articulariam a destruição da sociedade como ela é (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Contrariamente, as páginas reafirmam a importância de discutir não só nos ambientes educacionais, mas também fora deles, sobre a questão do gênero e da sexualidade.

Uma das principais ações na questão do trabalho é a divulgação de vagas de empregos direcionadas (ou não) para pessoas trans. Dessas vagas, algumas destacam o fato do contratante ser transinclusivo especialmente pelo respeito a identidade de gênero. Nessas propostas fazem a intermediação entre potenciais contratantes e as pessoas trans em busca de emprego, evidenciando as propostas e benefícios das vagas. Tais ações se articulam significativamente ao redor projeto

TransEmpregos<sup>15</sup>, que visa a empregabilidade de pessoas transgêneras pela criação de um banco de dados de currículos e vagas deste segmento.

As páginas denunciam como a situação da população trans no Brasil em relação ao trabalho é marcada pela dificuldade de se qualificar profissionalmente e serem inseridos do mercado de trabalho formal. Significativamente aparecem em suas postagens a questão da prostituição das mulheres trans e das travestis como única opção viável de trabalho por conta do estigma social, bem como algumas associações destinadas a elas.

### Especificidades dos homens trans e pessoas transmasculinas

Uma das demandas pleiteadas a respeito das transmasculinidades especificamente era a questão do suicídio e do assassinato dos homens trans e pessoas transmasculinas. Desse modo eram denunciadas pelas páginas sua ocorrência frequente e normalização, reivindicando absurdo de tal situação. Suicídio é um problema sério em se tratando da população transmasculina. Uma pesquisa do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG, chegou a conclusão de que 85,7% dos homens trans entrevistados já pensaram em suicídio e/ou tentaram cometer o ato (NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT (NUH-UFMG), 2015). Um estudo realizado no contexto americano concluiu que havia uma incidência muito maior de tentativa de suicídio entre adolescentes transmasculinos, sendo que mais da metade (50,8%) relataram já ter tentado dar cabo da própria vida (TOOMEY; SYVERTSEN; SHRAMKO, 2018).

É nesse contexto que as páginas pautam a mortalidade de sujeitos transmasculinos pontuando a dificuldade de suportar o preconceito, a violência, a ignorância em relação a sua identidade de gênero, a depressão e o sufocamento pelas opressões e a falta de acolhimento familiar, social e psicológico. Trata-se da completa falta de apoio. Inclusive uma violência que se mantém mesmo depois da morte pelo contínuo desrespeito as suas identidades masculinas, mesmo nas lápides desses homens elas lhes são negadas. Como disse, em 2016, Lam Matos, coordenador do Ibrat, na página do Instituto: “tivemos casos recentes de assassinatos onde cada homem trans ou pessoa transmasculina foi contabilizado como sendo lésbica, fazendo com que não tenhamos, ainda, nenhum dado oficial sobre a violência sofrida por nossa população”<sup>16</sup>.

Há um constante movimento de articulações locais para fortalecimento e criação de núcleos regionais de transmasculinos, fomentando a visibilidade e ocupação de espaços de representatividade LGBTQI+. Também é ressaltado a importância da auto-organização e a valorização de encontros feitos por e para transmasculinos como o encontro nacional de homens trans e pessoas transmasculinas – Enah – a organizado pela primeira vez em fevereiro de 2015, tornando-se um dos eventos mais importantes de pessoas transmasculinas do mundo. Também houve a divulgação de materiais de referência para lidar com as especificidades da saúde do homem trans.

## A produção de dados oficiais sobre a população trans

Por fim destacamos a necessidade de produção de dados oficiais feitas pelo Estado sobre a população transgênera. Foi pautado a problemática de como institutos oficiais do governo como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – e o Instituto de Pesquisa Econômica – IPEA – invisibilizam a população trans por não incluírem em suas pesquisas informações para criação de dados sobre essa parcela populacional. A principal crítica é a dificuldade de fomentar políticas de direitos humanos, combate à violência e promoção da inclusão, se não há dados sobre tal população e nem mesmo interesse em produzi-los. Uma das demandas era que o censo 2020, por exemplo, incluísse questionamentos acerca da identidade de gênero e da orientação sexual dos entrevistados<sup>17</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É interessante notar ao acompanhar a história do movimento trans no Brasil a influência da própria encarnação das identidades/identificações nas ações e pautas do movimento. Se num primeiro momento travestis surgiam reagindo à violência policial e demandadas pela epidemia da AIDS junto a essa população, tal identidade se afirma num movimento de distinção dos homossexuais (CARVALHO; CARRARA, 2009). Na virada do século XXI, resultado de processos internos desses grupos de pessoas trans e travestis e em relação ao movimento LGBT se delineiam delimitações. Ao refletir-se e fomentar políticas públicas para si, pessoas trans vão se pondo cada vez mais como questão de identidade de gênero e menos como problema de orientação sexual. É deste modo que há aproximação e mobilização junto ao movimento feminista. De todo modo há atualmente uma crescente demanda a um movimento cada vez mais independente e uma aglutinação sob o guarda-chuva trans.

Chegamos assim a três momentos do movimento trans no Brasil. Um primeiro, na década de 1990, em que temos um movimento inicialmente bastante voltado para a identidade travesti e que tenta se afirmar na diferença com as identidades homossexuais e que de modo conflituoso cria um espaço nas militâncias que posteriormente seriam conhecidas como LGBT. É também bastante baseado em organizações por meio de ONGs para prestação de serviço. É um momento em que se mobilizou pautas em torno da prevenção da AIDS, contrário a violência policial e calcados na inclusão institucional dessa população, lançando questões como a visibilidade e o respeito e a institucionalização do nome social;

Já num segundo momento, na década de 2000, há uma entrada do movimento junto ao poder público em participações efetivas para formatação de políticas públicas para pessoas trans. É quando também passasse a se articular ao redor das identidades travestis e transexuais, onde se incorpora a distinção entre orientação sexual e identidade de gênero e uma maior consciência de que a segunda categoria é onde efetivamente devem se basear (por ser a questão trans uma questão de identidade de gênero). É deste modo que parte da militância se aproxima do movimento feminista e se afastam dos espaços LGBT. As pautas passam a ser mobilizadas em torno da luta contra o não reconhecimento das identidades. Passam a serem demandas, questões como o processo transexualizador e seu oferecimento pelo SUS; e discursos e ações contrários à negligência e controle médicos, esterilização forçada, exclusão da família e da escola, violência

doméstica, estupro corretivo, sistemático assassinato, migração forçada, tráfico de pessoas, humilhação pública, desrespeito como regra, trabalho precário e pobreza (CARVALHO; CARRARA, 2009);

Por fim, um terceiro e atual momento, após 2010, em que se busca uma maior autonomia do movimento em relação às pessoas cisgêneras ao mesmo tempo em que se busca abarcar a diversidade sexual e de gênero e os distintos corpos de pessoas trans, se mobilizando inclusive sobre perspectivas não-identitárias. É também o período do surgimento de coletivos universitários de pessoas trans e também o movimento organizado nas questões de transmasculinidades. É um movimento que pauta-se pela despatologização das identidades trans, pela constituição da cisgeneridade e aponta seus privilégios, que busca o reconhecimento da infância e da adolescência trans, reparação dos déficits educacionais, inserção no mercado formal e representatividade nas artes e nos partidos políticos (JESUS, 2018).

Concluimos, portanto, este artigo afirmando que a bibliografia sobre militância trans, a pesquisa das pautas produzidas pelas Páginas no Facebook de associações de pessoas trans e as conversas com nossos interlocutores, mesmo sendo distintas fontes, revelaram os mesmos tópicos de interesse com pouquíssima variação. Constatou-se que a produção de pessoas transgêneras dentro da plataforma de rede social tem fomentado tópicos comuns para lutas políticas que são mútuas, por afinidade.

## From the street to online social networks: a mapping of the construction of the guidelines of the Brazilian transgender movement on Facebook

### ABSTRACT

In this article we map out the guidelines of the organized movement of transgender people through their posts on pages on the Facebook platform. We use a natural language processing methodology, we aim to summarize which were the main topics that mobilized this movement between the years 2016 and 2018. The pages analyzed in the period considered brought predominantly the discussion of the depathologization of trans identities and reactions to transphobic violence in its different dimensions, individual and institutional, with emphasis on high murder rates. In addition to these guidelines, the pages devoted themselves especially to the issue of rectification in the documentation of the first name and gender, the transsexualizing process and reference outpatient clinics for trans health, institutional inclusion and exclusion (markedly health and education institutions, and labor market), suicidal ideation and the lack of production of official data about the trans population.

**KEYWORDS:** Organized movements. Transgender. Digital communication. Facebook.

## De la calle a las redes sociales online: un mapeo de la construcción de las pautas del movimiento trans brasileño en Facebook

### RESUMEN

En este artículo trazamos las pautas del movimiento organizado de personas transgénero a través de sus publicaciones en las páginas de la plataforma de Facebook. Al utilizar una metodología de procesamiento del lenguaje natural, buscamos resumir cuáles fueron los principales temas que movilizaron este movimiento entre los años 2016 y 2018. Las páginas analizadas en el período considerado trajeron predominantemente la discusión sobre la despatologización de las identidades trans y las reacciones a la violencia transfóbica en sus diferentes dimensiones, individual e institucional, con énfasis en altas tasas de homicidio. Además de estos lineamientos, las páginas se dedicaron especialmente al tema de la rectificación en la documentación del nombre y género, el proceso de transexualización y consultas externas de referencia para la salud trans, la inclusión institucional y la exclusión (marcadamente instituciones de salud y educación, y mercado laboral), la ideación suicida y la falta de producción de datos oficiales sobre la población trans.

**PALABRAS CLAVE:** Movimientos organizados. Transgénero. Comunicación digital. Facebook.

## NOTAS

<sup>1</sup> Apresentamos uma versão deste trabalho no Encontro Virtual da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber), em julho de 2020, em que descrevemos mais longamente a metodologia adotada (FERREIRA, 2020). Aqui apresentamos uma versão reduzida focada mais na apresentação dos resultados.

<sup>2</sup> O *corpus* produzido a partir dessas páginas foi analisado por dados estatísticos feitos pelo referido software, gratuito e de fonte aberta. Foi utilizado o Método de Classificação Hierárquica Descendente (Reinert), no qual após se fazer uma análise dos termos do texto e sua cooperação gera uma classificação estável e definitiva (após repetidos testes do tipo X2 feito pela aplicação). Assim apresentamos tais dados em seus contextos semânticos por meio de descrição entendendo-os como representação de assuntos de relevância da militância trans nesses espaços.

<sup>3</sup> É uma representação gráfica dos dados gerada pelo software que mostra a aproximação entre termos que nos permitem inferir a estrutura de construção do texto e as temáticas de relativa importância por meio da co-ocorrência entre eles (CAMARGO; JUSTO, 2013).

<sup>4</sup> IBRAT. Ser trans não é mais um transtorno mental. Facebook, 18 jun. 2018. Disponível em <<https://www.facebook.com/institutoibrat/posts/2035534986664330>>. Acesso em 21 mar. 2020.

<sup>5</sup> Transfeminismo. O mito do arrependimento trans. Facebook, 20 mar. 2017. Disponível em <<https://web.facebook.com/Transfem/photos/a.112373675574926/1115392615273022/?type=3>>. Acesso em 21 mar. 2020.

<sup>6</sup> Baseado no estudo realizado pela *Gender Advocacy Training & Education*, em 2011, com 448 indivíduos.

<sup>7</sup> O Gênero. Dia da visibilidade trans. Facebook, 29 jan. 2017. Disponível em <<https://web.facebook.com/Coletivoogenero/photos/a.604295799759713/624059624449997/?type=3>>. Acesso em 21 mar. 2020.

<sup>8</sup> IBRAT. Campanha do FPTT - Fórum Paulista de Travestis e Transexuais no Combate à Transfobia. Facebook, 30 set. 2015. Disponível em <<https://www.facebook.com/institutoibrat/photos/a.1389171291300706/1645787352305764>>. Acesso em 21 mar. 2010.

<sup>9</sup> ANTRA. Nota pública em repúdio ao projeto de Lei do Dep. Professor Victório Galli - PSC/MT, que quer proibir o direito ao uso do nome social de Travestis e Transexuais nas escolas. Facebook, 16 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/antrabrasil/posts/1820353191383355>>. Acesso em 21 mar. 2020.

<sup>10</sup> ANTRA. Facebook, 25 ago. 2018. Disponível em <[https://mobile.facebook.com/story.php?story\\_fbid=1887263094692364&id=944305148988168&refid=52&\\_\\_tn\\_\\_=-R](https://mobile.facebook.com/story.php?story_fbid=1887263094692364&id=944305148988168&refid=52&__tn__=-R)>. Acesso em 19 mar. 2020.

<sup>11</sup> Transfeminismo. O “novo rg” e pessoas trans. Facebook, 24 fev. 2017. Disponível em <<https://web.facebook.com/Transfem/photos/a.112373675574926/1096552613823689/?type=3>>. Acesso em 21 mar. 2020.

<sup>12</sup> Incluindo a questão do desrespeito a identidade de gênero quanto ao uso do banheiro.

<sup>13</sup> Instituto Brasileiro Trans de Educação. Nota de repúdio e esclarecimentos sobre a falta de representatividade trans nos espaços de debates, ações e mesas de discussões sobre gênero e diversidade de gênero. Facebook, 07 set. 2018. Disponível em <<https://web.facebook.com/ibteducacao/posts/1569554869816985>>. Acesso em 20 mar. 2020.

<sup>14</sup> Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil. Construção do Direito de Ser Mulher com muita luta e resistência na sociedade brasileira. Facebook, 8 mar. 2018. Disponível em <<https://web.facebook.com/redtransbrasil/posts/2205606716333432>>. Acesso em 20 mar. 2020.

<sup>15</sup> O projeto surge por demanda da Associação Brasileira de Transgêneros – ABRAT – devido à dificuldade de inclusão de pessoas trans no que tange a empregabilidade. O site do projeto é o <https://www.transempregos.org/>.

<sup>16</sup> IBRAT. Sobre as perdas dos homens trans. Facebook, 24 nov. 2016. Disponível em <<https://web.facebook.com/institutoibrat/posts/1783343788550119>>. Acesso em 22 mar. 2020.

<sup>17</sup> De fato, o que ocorreu foi uma ainda maior diminuição dos dados coletados pelo Censo Demográfico de 2020, anunciado pelo IBGE em julho de 2019. Foram cortadas questões sobre rendimento, emigração e posse de bens (PAMPLONA; FERNANDES, 2019).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação direta de inconstitucionalidade nº 4275/DF – Distrito Federal. Relator: Marco Aurélio. fev. 2018. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691371>. Acesso em: 21 mar. 2020.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. [s.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em: 7 fev. 2019.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima; CARRARA, Sérgio. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante // Trans cyber-activism: observations on a new generation of activists. **Contemporânea**, v. 13, n. 2, p. 382–400, 22 set. 2015. DOI 10.9771/1809-9386CONTEMPORANEA.V13I2.13865. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/13865>. Acesso em: 31 jan. 2019.

CARVALHO, Mario Felipe Lima; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, v. 0, n. 14, p. 319–351, 5

ago. 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/6862>. Acesso em: 31 jan. 2019.

FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. Que história contam os rastros digitais no Facebook sobre a recente história do movimento de pessoas transgêneras no Brasil? 2020. **Anais** [...]. [s.l.]: Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Notas sobre as travessias da população trans na história. 2018. **Revista Cult**. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/>. Acesso em: 4 fev. 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autora, 2012.

MÉNDEZ, Lucas (Raquel) Platero. **Trans\*exualidades: acompañamiento, factores de salud y recursos educativos**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2014.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: Notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725–747, 1 set. 2017. DOI 10.1590/s0102-69922017.3203008. .

NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT (NUH-UFMG). **Transexualidades e saúde no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans**. . Belo Horizonte: [s.n.], 2015. Disponível em: <http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf>.

PAMPLONA, Nicola; FERNANDES, Anaís. IBGE corta do censo questões sobre renda, aluguel, emigração e posse de bens - 01/07/2019 - Mercado - Folha. 1 jul. 2019. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/ibge-corta-do-censo-questoes-sobre-renda-aluguel-emigracao-e-posse-de-bens.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2020.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individualização pela relação? *In*: BRUNO, Fernanda *et al.* (org.). **Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 107–140.

SPALDE, Dean. Compliance is gendered: struggling for gender self-determination in a hostile economy. *In*: CURRAH, Paisley; JUANG, Ruchard M.; MINTER, Shannon Price (org.). **Transgender rights**. Minneapolis - London: University of Minnesota Press, 2000. p. 217–241.

TOOMEY, Russell B.; SYVERTSEN, Amy K.; SHRAMKO, Maura. Transgender adolescent suicide behavior. **Pediatrics**, v. 142, n. 4, 1 out. 2018. DOI 10.1542/peds.2017-4218. .

**Recebido:** 26/07/2020.

**Aprovado:** 07/09/2020.

**DOI:** 10.3895/cgt.v14n43.12843.

**Como citar:** FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. Da rua às redes sociais on-line: um mapeamento da construção das pautas do movimento transgênero brasileiro no Facebook. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 474-491, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

**Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira**

Av. Barão de Geremoabo, s/nº, Campus de Ondina, Salvador, Bahia, Brasil.

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

